

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 6.721, DE 2006

Acrescenta o inciso XIII ao art. 3º da Lei nº. 9.472, de 16 de julho de 1997.

Autor: Deputado Milton Monti

Relator: Deputado Nelson Proença

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº. 6.721, de 2006, de autoria do nobre Deputado Milton Monti, pretende adicionar ao artigo 3º da LGT (Lei Geral de Telecomunicações), nº. 9.472, de julho de 1997, o inciso XIII, garantindo gratuidade de acesso à caixa de mensagens aos usuários de telefonia fixa e móvel, independentemente do regime de prestação do serviço telefônico. Para o nobre Parlamentar, a forma de tarifação das chamadas de acesso à caixa postal é prejudicial ao consumidor e que a facilidade está sendo cobrada indevidamente.

O autor, na justificação do projeto, argumenta que há uma tripla cobrança pelo serviço. A primeira cobrança “por meio de uma tarifa de manutenção do serviço, no caso da telefonia fixa, ou por um preço embutido nos custos para a manutenção de uma linha móvel.”. O autor chama de segunda cobrança aquela paga pelo consumidor a cada vez que acessa a caixa de mensagens, e ainda aponta o que seria uma terceira cobrança: aquela efetuada contra o consumidor que originou a chamada e registrou a mensagem de voz.



6468A67A38

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

O serviço de correio de voz, também chamado de caixa de mensagens, é caracterizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) como Prestação, Utilidade ou Comodidade (PUC), vinculada à utilização da rede, devendo ser ofertada a todos os assinantes de forma indiscriminada. A prestadora pode, devidamente autorizada, comercializar mediante remuneração pela prestação do serviço desde que o assinante possa obtê-la individualmente.

Por ser uma facilidade adicional, o armazenamento e recuperação de informações, não se define como serviço de telecomunicação, não está contemplado na estrutura de custos do plano de serviços contratado com a operadora, fixa ou móvel. O usuário é que decide se utiliza a comodidade ofertada, quando desejar ouvir o conteúdo da caixa postal ou quando, no caso de ser o consumidor que originou a chamada, deixar uma mensagem após o aviso de que esta será cobrada.

Importante lembrar que a Anatel, em cumprimento do que determina a Lei nº. 9.472/1997, especialmente no que diz respeito ao atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, emitiu a Resolução nº. 316/2002, Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP (telefonia móvel), e a Resolução nº. 426/2005, Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (telefonia fixa), estabelecendo os direitos do usuário do serviço, dos quais destacamos:



6468A67A38

“Art. 6º Respeitadas as disposições constantes deste Regulamento bem como as disposições constantes do Termo de Autorização, os Usuários do SMP têm direito;

I - liberdade de escolha de sua prestadora;

II - tratamento não discriminatório quanto às condições de acesso e fruição do serviço e das facilidades e comodidades adicionais;

III - informação adequada sobre condições de prestação do serviço, facilidades e comodidades adicionais e seus preços;.....

XVII - não ser obrigado a consumir serviços ou a adquirir bens ou equipamentos que não sejam de seu interesse;.....

Art. 63. Além da tarifa ou preço relativo ao STFC, a prestadora pode auferir receitas alternativas, complementares ou acessórias por meio de PUC, sem caracterizar nova modalidade de serviço.

§ 1º A implantação ou alteração de PUC por autorizada com PMS ou concessionária, depende de aprovação prévia e expressa da Agência, sem a qual não pode ser cobrado qualquer preço.

§ 2º A PUC deve atender os seguintes requisitos:

I - ser inerente à plataforma do serviço;

II - não caracterizar serviço de valor adicionado ou nova modalidade de serviço;

Art. 66. A PUC deve ser ofertada a todos os assinantes de forma não discriminatória, ressalvadas as situações de incompatibilidade com o plano de serviço contratado, e limitações técnicas;



6468A67A38

.Parágrafo único. A prestadora somente pode comercializar um conjunto de PUC se o assinante puder contratá-las, também, de forma individual.”

Como se verifica acima, a regulamentação editada pela Anatel, aplicável ao Serviço Móvel Pessoal e ao Serviço Telefônico Fixo Comutado, prevê que a oferta de serviço de correio de voz ao usuário deve obedecer a opção do consumidor de ter ou não a comodidade, que este não pode ser condicionado a prestação do serviço de telecomunicação contratado com o concessionária.

Se o serviço de caixa postal está devidamente autorizado pela Anatel, sua cobrança é legal e necessária para cobrir os custos e investimentos necessários ao adequado funcionamento da rede, evitando-se a sobrecarga das tarifas dos usuários que não usufruem desta facilidade.

Desta forma, entendo que a alteração pretendida não protege o consumidor, como também não contribui para a melhoria do sistema de telefonia do país, sendo, portanto, o meu voto pela REJEIÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2008.

DEP. NELSON PROENÇA

RELATOR



6468A67A38